

Negresco S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balço patrimonial	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Relatório da Administração - 2º Semestre e exercício de 2022

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da *Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos*, bem como as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, relativas ao segundo semestre e exercício de 2022.

Cenário Econômico

No ano de 2022, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) foi de 5,79%, depois de encerrar o ano de 2021 em 10,06%, sendo que a meta estabelecida pelo Banco Central era de 3,5% para o ano de 2022. A taxa básica de juros (Selic), que no final de 2021 estava em 9,25%, teve uma sequência de altas e terminou o ano de 2022 em 13,75%.

O cenário econômico, no ano de 2022, foi menos afetado pela pandemia de COVID-19. No final do ano de 2022, o diretor-geral da OMS disse estar otimista com o cenário da COVID-19 e que está muito mais perto de poder dizer que a fase de emergência chegou ao fim. No começo de 2022, teve início a guerra da Ucrânia e não há previsão de um final próximo, sem impacto nas operações da Negresco. Para 2023, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 5,39% no ano, a taxa SELIC em 12,5% e o PIB com crescimento de 0,77%. Também, há algumas incertezas no cenário econômico com mudanças que podem acontecer na gestão do novo governo que tomou posse no início deste ano.

A NEGRESCO continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional

A NEGRESCO vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, em parceria com seus correspondentes no país.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido

A Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apurou lucro de R\$ 10.767. O Patrimônio líquido encerrou o exercício totalizando R\$ 80.848.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. Os dividendos não obrigatórios são destinados através de ata da assembleia geral extraordinária do início do exercício seguinte ou por ata da próxima assembleia geral ordinária.

Mais informações sobre dividendos estão na nota explicativa 19.c.

Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital

Em março de 2019, a NEGRESKO fez a opção pela utilização da metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5}), conforme as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional. Foi aprovado e executado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios aprovados pela Diretoria. Os documentos de gerenciamentos de riscos aprovados estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas, pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e pela diretoria.

Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 26 e no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

Considerações Finais

Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da **NEGRESKO S/A** sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos. Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 23 de março de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos**
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Andre Data Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	200	219
Instrumentos financeiros		217.927	202.372
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	10.906	21.717
Operações de crédito - setor privado	7	260.687	233.096
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(53.666)	(52.441)
Outros ativos	6	2.157	1.983
Créditos tributários	8	8.004	7.745
Garantias judiciais	16	806	1.732
Impostos e contribuições a compensar	5	854	194
Investimentos		5	-
Imobilizado	9	345	561
Imobilizado em uso		6.811	6.771
Depreciação acumulada		(6.466)	(6.210)
Intangível	10	32	35
Licenças e direitos		671	651
Amortização acumulada		(639)	(616)
Total do ativo		230.330	214.841
PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Valores financiados a repassar	11	1.477	1.295
Contas a pagar	12	1.767	1.614
Obrigações societárias		-	1.106
Fiscais e previdenciárias	13	2.302	5.243
Outros passivos		15	21
Provisões - outras	14	1.857	1.791
Depósitos e demais instrumentos financeiros	17	137.913	110.156
Participação no resultado (empregados)	15	1.430	1.285
Provisões para contingências trabalhistas e cíveis	16	2.721	3.997
Patrimônio líquido	19	80.848	88.333
Capital de domiciliados no País		54.359	54.359
Reserva legal		7.482	6.944
Reserva especial de lucros		19.007	27.030
Total do passivo		230.330	214.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Demonstrações de resultados

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2.022		2.021
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		93.002	175.366	161.576
Operações de crédito	7.c	83.737	156.972	145.715
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	7.d.1	8.315	16.227	14.626
Receitas de aplicações interfinanceiras	4	950	2.167	1.235
Despesas da intermediação financeira		(12.596)	(22.971)	(10.512)
Operações de captação no mercado	17.a.2	(9.993)	(17.669)	(6.182)
Descontos concedidos nas operações de crédito	7.d.1	(2.603)	(5.302)	(4.330)
Resultado da intermediação financeira		80.406	152.395	151.064
Outras receitas operacionais		2.527	4.462	4.864
Receita de prestação de serviços	20	2.405	4.228	3.267
Lucro na venda de operações de crédito	7.d.1	0	0	1.284
Outras receitas operacionais		122	234	313
Principais despesas operacionais		(33.831)	(64.491)	(60.470)
Despesas com pessoal	21	(13.146)	(25.132)	(23.244)
Despesas administrativas	22	(16.612)	(31.650)	(29.554)
Despesas tributárias	23	(3.839)	(7.208)	(7.047)
Outras despesas operacionais		(234)	(501)	(625)
Despesas de provisões		(37.606)	(77.957)	(66.964)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d.1	(38.320)	(79.166)	(67.233)
Provisão para contingências trabalhistas	16.b	393	1.190	372
Provisão para contingências cíveis	16.b	(26)	86	(128)
Outras provisões		347	(67)	25
Resultado operacional		11.496	14.409	28.494
Resultado não operacional		0	(4)	0
Resultado antes dos tributos e participações		11.496	14.405	28.494
Imposto de renda e contribuição social	24	(2.572)	(3.638)	(9.799)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.536)	(3.897)	(11.843)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(36)	259	2.044
Lucro líquido do semestre / exercício		8.924	10.767	18.695
Quantidade de ações no fim do período		54.359.021	54.359.021	54.359.021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período		164,17	198,07	343,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstração do resultado abrangente

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	<u>2.022</u>		<u>2.021</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Lucro líquido do período	<u>8.924</u>	<u>10.767</u>	<u>18.695</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>8.924</u></u>	<u><u>10.767</u></u>	<u><u>18.695</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2021		54.359	6.009	13.943	-	74.311
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.695	18.695
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	935	-	(935)	-
Distribuição de dividendos					(1.106)	(1.106)
Constituição de Reserva de Lucros				13.087	(13.087)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	-	(3.567)	(3.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>54.359</u>	<u>6.944</u>	<u>27.030</u>	<u>-</u>	<u>88.333</u>
Mutações do exercício		<u>-</u>	<u>935</u>	<u>13.087</u>	<u>-</u>	<u>14.022</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2022		54.359	6.944	27.030	-	88.333
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.767	10.767
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	538	-	(538)	-
Distribuição de dividendos				(13.086)	-	(13.086)
Constituição de Reserva de Lucros				5.063	(5.063)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	-	(5.166)	(5.166)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>54.359</u>	<u>7.482</u>	<u>19.007</u>	<u>-</u>	<u>80.848</u>
Mutações do exercício		<u>-</u>	<u>538</u>	<u>(8.023)</u>	<u>-</u>	<u>(7.485)</u>
Saldos em 1º de julho de 2022		54.359	7.036	13.944	1.751	77.090
Lucro líquido do semestre		-	-	-	8.924	8.924
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	446	-	(446)	-
Distribuição de dividendos					-	-
Constituição de Reserva de Lucros				5.063	(5.063)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	-	(5.166)	(5.166)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>54.359</u>	<u>7.482</u>	<u>19.007</u>	<u>-</u>	<u>80.848</u>
Mutações do semestre		<u>-</u>	<u>446</u>	<u>5.063</u>	<u>(1.751)</u>	<u>3.758</u>

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2.022		2.021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do período	47.335	90.509	85.172
Lucro líquido do período	8.924	10.767	18.695
Ajustes ao lucro líquido			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36	(259)	(2.044)
Depreciações e amortizações	126	281	300
Provisão para perdas esperadas em operações de crédito	38.320	79.166	67.233
Apropriação da despesa antecipada	187	373	373
Provisão para passivos contingentes	89	115	640
Provisão (reversão) - outras	(347)	66	(25)
Variações em ativos e passivos			
(Aumento) redução em instrumentos financeiros - operações de crédito	(59.827)	(105.532)	(74.987)
(Aumento) redução em outros ativos	(1.053)	(553)	10
(Aumento) redução em garantias judiciais	225	926	35
(Aumento) redução em impostos e contribuições a compensar	(645)	(660)	2.573
Aumento (redução) em valores financiados a repassar	(140)	182	(305)
Aumento (redução) em contas a pagar	(367)	153	(162)
Aumento (redução) em obrigações societárias	-	-	(935)
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias	4.152	5.349	11.645
Aumento (redução) em passivos diversos	(3)	(6)	3
Aumento (redução) em recursos de aceites cambiais	16.822	27.757	(8.990)
Aumento (redução) em participações no resultado (funcionários)	790	145	115
Aumento (redução) em provisão trabalhistas (férias e 13º salário)	(402)	6	331
Aumento (redução) em contingências	(455)	(1.391)	(884)
CSLL e IRPJ pagos no período	(3.170)	(8.290)	(9.857)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades operacionais	3.262	8.595	3.764
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Adições) ao ativo imobilizado	(7)	(67)	(83)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(7)	(67)	(83)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos	# -	(14.192)	(1.106)
Pagamento de juros sobre a capital próprio	(5.166)	(5.166)	(3.567)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.166)	(19.358)	(4.673)
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa	(1.911)	(10.830)	(992)
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	13.017	21.936	22.928
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	11.106	11.106	21.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), companhia fechada, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. A sede da Financeira fica na rua João Bettega, 830, bairro Portão – Curitiba – Paraná. O presidente da companhia é o Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho e, também, o acionista majoritário. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

Desde o início da pandemia da COVID-19, em meados de março de 2020, a Financeira passou a adotar as orientações dos agentes de saúde, tais como, distanciamento social, medidas de higiene e todos os funcionários foram orientados a realizarem seus trabalhos em suas residências. Aqueles que tinham condições técnicas passaram a trabalhar remotamente, mesmo que o sindicato dos trabalhadores permitisse que até 30% dos empregados comparecessem ao local de trabalho.

Atualmente, todos os funcionários estão trabalhando de forma presencial, porém, cada funcionário tem a opção de trabalhar um dia por semana de forma remota. Vale destacar que a atividade da Financeira não é de atendimento ao público em suas dependências. As atividades são através de lojistas (correspondentes no país) e os pagamentos são feitos na rede bancária.

Quanto ao impacto nas demonstrações financeiras, a Administração vem acompanhando as gerações de operações de crédito e inadimplência e, pelo números apurados, há indícios de que a inadimplência se mantenha nos níveis atuais. Tais expectativas estão refletidas no orçamento.

A Financeira vai continuar atenta aos acontecimentos e tomará todas as medidas para proteger a integridade dos funcionários, clientes, parceiros de negócio e toda a comunidade.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 23 de março de 2023, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pela Diretoria. A Diretoria da Financeira foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data.

b. Moeda funcional

A moeda funcional da Financeira é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b. Ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC nº 03 (R2) - Demonstração de Fluxos de Caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d. Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de crédito

Os juros referentes às operações de crédito em dia ou vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, operações vencidas a partir do 60º dia, os juros somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

Depósitos e demais instrumentos financeiros.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R\$ 50 mil.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de provisão
AA	A vencer	-
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 a 30 dias	1,00%
C	De 31 a 60 dias	3,00%
D	De 61 a 90 dias	10,00%
E	De 91 a 120 dias	30,00%
F	De 121 a 150 dias	50,00%
G	De 151 a 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo, a menos que não tenham ainda 180 dias de atraso, e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas inicialmente no mínimo em “A” conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/00.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as

eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativo imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:

Vida útil dos ativos (ao ano)	Taxa - %
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Sistema de comunicação e equipamentos	20
Sistema de processamento de dados	20

De acordo com o CPC 01 – (R1) - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foram identificados evidências de impairment nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

g. Ativo intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de “*impairment*”.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do exercício.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

h. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240, e inclui incentivos fiscais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% de janeiro a julho de 2022 e de 16% a partir de agosto de 2022.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

k. Lucro por ação

O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

l. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Financeira assume-se que o lucro líquido no exercício de 2022, no montante de R\$ 10.767 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

m. Novas normas aprovadas em 2021 de aplicação futura

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, definiu conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No artigo 76, consta a exigência da elaboração do plano de implementação da regulamentação contábil e que o plano deve ser aprovado pela diretoria da instituição e divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022.

A diretoria da NEGRESKO aprovou o plano em ata do dia 29 de julho de 2022.

Resumidamente, o plano de implementação prevê as seguintes fases:

Fase 1 – Avaliação:

- Diagnósticos das mudanças contábeis; e
- Mapeamentos dos sistemas impactados, integrações e arquitetura sistêmicas.

Fase 2 – Desenho:

- Refinamento dos planos de ações;
- Especificações sistêmicas;
- Desenho de políticas, procedimentos e novos processos;

- Definição de arquitetura; e
- Definição de estratégia de transição.

Fase 3 – Desenvolvimento:

- Desenvolvimentos sistêmicos;
- Desenvolvimento de novas metodologias de cálculos;
- Desenvolvimento de modelos de perdas esperadas; e
- “De-Para” de plano de contas e novos roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes, homologação e ajustes:

- Acompanhamento da implantação;
- Testar as alterações sistêmicas em ambiente de homologação e efetuar ajustes; e
- Implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição:

- Definição do novo modelo de divulgação;
- Apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção;
- Treinamentos; e
- As atividades de transição englobam o paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos.

Fase 6 - Adoção inicial:

- Adoção efetiva da Resolução CMN nº 4.966/2021.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades	200	219
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>10.906</u>	<u>21.717</u>
Total	<u>11.106</u>	<u>21.936</u>

A aplicação interfinanceira foi contratada com taxa pré-fixadas de 99,8% do DI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento para o dia 02 de janeiro de 2023. Em dezembro de 2021, foram contratadas com taxas entre 96% e 99,8% do DI.

A financeira auferiu, no semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2022, receita com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 950 e R\$ 2.167 respectivamente (R\$ 1.235 em 31 de dezembro de 2021).

5 Impostos e contribuições a compensar

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda	658	-
COFINS	162	162
Outros	34	32
Total	854	194
	Até 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado em:	658	196

O Imposto de Renda é referente ao saldo negativo apurado em 31 de dezembro de 2022 e deverá ser compensado logo após a entrega da ECF que deverá ocorrer em julho de 2023. Os demais créditos foram homologados e posteriormente suspensos pela Receita Federal do Brasil e estão no aguardo de decisão judicial e sem prazo para realização.

6 Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber – Bancos	692	576
Contas a receber – Lojistas	474	538
Adiantamento de benefícios	362	325
Despesas antecipadas	161	103
Adiantamento de PLR	346	286
Adiantamento de férias	136	155
Outros valores	75	83
Provisão para perdas (contas a receber lojistas)	(89)	(83)
Total	2.157	1.983
	31/12/2022	31/12/2021
Montante a ser realizado em até 12 meses:	2.144	1.983
Montante a ser realizado após 12 meses:	13	-

O prazo médio de liquidez de outros ativos é de 35 dias.

7 Operações de crédito e Provisão para perdas esperadas em operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação

	31/12/2022	31/12/2021
Operações de crédito:		
Empréstimos	31.626	29.203
Financiamentos	228.781	203.782
Capital de giro	280	111
Subtotal	260.687	233.096
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(53.666)	(52.441)
Total	207.021	180.655
	31/12/2022	31/12/2021
Montante a ser realizado em até 12 meses:	198.139	172.706
Montante a ser realizado após 12 meses:	8.882	7.949

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	31/12/2022		31/12/2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado:				
Pessoa física	260.406	99,89%	232.981	99,95%
Comércio	279	0,11%	115	0,05%
Outros serviços	2	0,00%	-	0,00%
Total	260.687	100,00%	233.096	100,00%

c. Composição por prazo de vencimento

	31/12/2022		31/12/2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas	52.585	20,17%	51.414	22,06%
Parcelas a vencer:				
Até 90 dias	94.657	36,31%	83.217	35,70%
De 90 a 360 dias	104.256	39,99%	90.304	38,74%
Acima de 360 dias	9.189	3,53%	8.161	3,50%
Total	260.687	100,00%	233.096	100,00%

A taxa média praticada no exercício pela financeira foi de 13,36% (13,59% em 31 de dezembro de 2021) ao mês para empréstimo e de 6,33% (6,16% em 31 de dezembro de 2021) ao mês para financiamento. Durante o semestre e o exercício findos em 31 de dezembro de 2022, a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 83.737 e R\$ 156.972 respectivamente (R\$ 145.715 em 31 de dezembro de 2021).

d. Movimentação da provisão para perdas esperadas em operações de crédito

d.1 Movimentação da provisão para perdas esperadas em operações de créditos

	2º semestre de 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Saldo do início do período	(54.756)	(52.441)	(43.356)
Constituição (líquida de reversão)	(38.320)	(79.166)	(67.233)
Baixa para prejuízo	39.410	77.941	58.148
Saldo final do período	(53.666)	(53.666)	(52.441)

Foram recuperados, no semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2022, créditos no valor de R\$ 8.315 e R\$ 16.227 respectivamente (R\$ 14.626 em 31 de dezembro de 2021), registrados como receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo, na rubrica de receitas da intermediação financeira e foram concedidos descontos nos recebimentos de R\$ 2.603 e R\$ 5.302 respectivamente (R\$ 4.330 em 31 de dezembro de 2021) lançados no grupo de despesas da intermediação financeira.

Em 22 de março de 2021, a Financeira firmou contrato de cessão de crédito, referente parte da carteira de recebíveis, vencidos há mais de 5 (cinco) anos. A transação foi efetuada com a cessionária Barra Recovery Securitizadora de créditos S/A. Em 24 de março, a cessão foi efetivada e foram baixados 197.074 contratos com totais de R\$ 212 milhões em valor nominal e R\$ 1,279 milhão em valor de cessão e este valor foi quitado no mesmo dia pela cessionária.

Abaixo, um resumo das transações que geraram os montantes registrados na rubrica de lucro na venda de operações de crédito:

	Saldo curva	Deságio	Resultado líquido
Cessão de carteira prejuízo (Barra Recovery)	178.267	(176.988)	1.279
Outras cessões carteira prejuízos	5	-	5
Total	178.272	(176.988)	1.284

Nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve renegociação de operações de crédito.

d.2 Composição da carteira por nível de risco

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas esperadas em operações de crédito em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 31 de dezembro de 2022

<u>Nível de Risco</u>	<u>Situação</u>	<u>% de Provisão</u>	<u>Empréstimo</u>	<u>Capital de Giro</u>	<u>Financiamento</u>	<u>Total</u>	<u>Valor da Provisão</u>
A	Normal	0,50%	16.241	-	146.545	162.786	814
B	Normal	1,00%	1.601	-	10.214	11.815	118
	Vencido	1,00%	303	-	1.588	1.891	19
C	Normal	3,00%	1.373	280	7.120	8.773	263
	Vencido	3,00%	467	-	1.963	2.430	73
D	Normal	10,00%	915	-	4.965	5.880	588
	Vencido	10,00%	614	-	2.416	3.030	303
E	Normal	30,00%	717	-	4.095	4.812	1.444
	Vencido	30,00%	745	-	3.109	3.854	1.156
F	Normal	50,00%	572	-	3.362	3.934	1.967
	Vencido	50,00%	843	-	3.702	4.545	2.273
G	Normal	70,00%	411	-	2.518	2.929	2.050
	Vencido	70,00%	894	-	3.803	4.697	3.288
H	Normal	100,00%	850	-	6.324	7.174	7.173
	Vencido	100,00%	5.080	-	27.057	32.137	32.137
Total			31.626	280	228.781	260.687	53.666

Posição em 31 de dezembro de 2021

Empréstimo / Financiamento							
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	14.753	-	124.387	139.140	696
B	Normal	1,00%	1.405	-	9.770	11.175	112
	Vencido	1,00%	283	-	1.517	1.800	18
C	Normal	3,00%	1.207	111	7.038	8.356	251
	Vencido	3,00%	432	-	1.903	2.335	70
D	Normal	10,00%	830	-	4.906	5.736	573
	Vencido	10,00%	550	-	2.386	2.936	293
E	Normal	30,00%	564	-	3.814	4.378	1.313
	Vencido	30,00%	581	-	2.979	3.560	1.068
F	Normal	50,00%	426	-	2.901	3.327	1.664
	Vencido	50,00%	652	-	3.307	3.959	1.979
G	Normal	70,00%	331	-	2.162	2.493	1.745
	Vencido	70,00%	758	-	3.382	4.140	2.898
H	Normal	100,00%	865	-	6.213	7.078	7.078
	Vencido	100,00%	5.566	-	27.117	32.683	32.683
Total			29.203	111	203.782	233.096	52.441

8 Créditos tributários

A Financeira registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões para perdas esperadas em operações de crédito e provisão para riscos cíveis e trabalhistas, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Origem dos créditos tributários		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.809	6.065
Provisão para contingências trabalhistas	512	988
Provisão para contingências cíveis	577	611
Outros	106	81
Total	8.004	7.745

	31/12/2022	31/12/2021
Montante a ser realizado em até 12 meses:	6.383	5.681
Montante a ser realizado após 12 meses:	1.621	2.064

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo Inicial 31/12/2021	Constituição	Utilização / Reversão	Saldo Final 31/12/2022
Imposto de renda				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.790	3.929	(3.463)	4.256
Provisão para contingências	1.000	139	(457)	682
Outras provisões	51	113	(97)	67
Créditos Tributários de IRPJ	4.841	4.181	(4.017)	5.005
Contribuição social				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.275	2.360	(2.082)	2.553
Provisão para contingências	599	83	(275)	407
Outras provisões	30	67	(58)	39
Créditos Tributários de CSLL	2.904	2.510	(2.415)	2.999
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	7.745	6.691	(6.432)	8.004

Expectativa de realização dos créditos tributários

Conforme Resolução 4.842/2020, as instituições financeiras podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A Financeira efetuou seu estudo de realização para a data base de 31 de dezembro de 2022, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	31/12/2022	31/12/2021
Expectativa de Realização:		
2022	-	5.681
2023	6.383	573
2024	431	593
2025	518	898
2026	518	-
2027	154	-
Total	8.004	7.745

O valor presente do crédito tributário em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.486 (R\$ 6.610 em 31 de dezembro de 2021), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 16,38% (10,98% em 31 de dezembro de 2021) ao ano para os períodos correspondentes.

9 Imobilizado de uso

	31/12/2022			31/12/2021
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Instalações	419	(410)	9	14
Móveis e equipamentos	6.341	(6.031)	310	510
Outros	51	(25)	26	37
Total	6.811	(6.466)	345	561

Movimentação do imobilizado em uso:

	Instalações	Móveis e Equipamentos	Outros	Total
Saldo inicial	14	510	37	561
Aquisição	-	46	-	46
Baixa	-	(3)	(1)	(4)
Depreciação	(5)	(243)	(10)	(258)
Saldo final	9	310	26	345

10 Intangível

	31/12/2022			31/12/2021
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Licenças e direitos	671	(639)	32	35
Total	671	(639)	32	35

Movimentações do intangível:

	Licenças
Saldo inicial	35
Aquisição	20
Amortização	(23)
Saldo final	32

11 Valores financiados a repassar

Tratam-se de valores financiados e efetivados nos últimos dias do exercício e que serão repassados aos lojistas nos primeiros dias de janeiro.

12 Contas a pagar

Referem-se a serviços prestados por lojistas, assessorias de cobrança, auditoria e outras contas a pagar com prazo médio ponderado de liquidez de 5 dias.

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados a pagar	807	719
Contas a pagar	951	890
Outros	9	5
Total	1.767	1.614

13 Fiscais e previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	540	485
Contribuição social	8	1.975
Imposto de renda pessoa jurídica	-	1.771
INSS	298	306
FGTS	110	107
PIS	88	79
Imposto de renda retido na fonte e outras retenções	1.234	502
Outras	24	18
Total	2.302	5.243

O prazo médio de liquidez do grupo fiscais e previdenciárias é de 13 dias.

14 Provisões - outras

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para férias	1.600	1.594
Provisão para despesas	257	197
Total	1.857	1.791

A realização se dará num prazo médio de 158 dias.

15 Participação no resultado (empregados)

Pela convenção sindical da categoria, é devido a participação nos lucros e resultados (PLR) aos empregados em efetiva atividade no final do exercício e, também, para os empregados desligados a partir de 02 de maio, desde que a admissão tenha ocorrido no exercício anterior. O valor do PLR é de 90% do salário, acrescido do valor fixo de R\$ 3.515,08 e limitado ao teto de R\$ 16.775,47. Após a apuração do teto, será acrescida uma parcela adicional de R\$ 703,01. Estarão isentas do pagamento do PLR as financeiras que apurem prejuízo no final do exercício.

O pagamento será em duas parcelas, um adiantamento de R\$ 2.109,07 para cada empregado até o dia 30 de setembro e o saldo deverá ser quitado até o dia 02 de março do exercício seguinte.

16 Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou quando constitui uma obrigação legal. Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e ações trabalhistas.

a. Saldos patrimoniais das provisões para riscos e obrigações legais por natureza

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões	Depósito Judicial	Provisões	Depósito Judicial
Contingências cíveis	1.441	511	1.527	380
Contingências trabalhistas	1.280	295	2.470	1.352
Total	2.721	806	3.997	1.732

Estima-se um prazo de até 3 (três) anos para a exigibilidade total das ações cíveis e trabalhistas.

b. Movimentação dos passivos contingentes

Movimentações das contingências	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	1.527	2.470	3.997
Adições / atualizações monetárias	521	248	769
Reversão	(450)	(204)	(654)
Pagamento	(157)	(1.234)	(1.391)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	1.441	1.280	2.721
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	1.399	2.842	4.241
Adições / atualizações monetárias	678	416	1.094
Reversão	(240)	(214)	(454)
Pagamento	(310)	(574)	(884)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	1.527	2.470	3.997

c. Processos cíveis classificados como possíveis

A Financeira é parte em 72 processos cíveis (53 em 31 de dezembro de 2021) classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 606 (R\$ 438 em 31 de dezembro de 2021). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.

d. Processos trabalhistas classificados como possíveis

A Financeira é parte em 11 processos trabalhistas (2 em 31 de dezembro de 2021) classificados como risco de perda possível pelos assessores jurídicos da Financeira com valores de causa no montante de R\$ 432 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2021). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a estarem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

O aumento no número e no montante de processos classificados como perda possível ocorreu em razão de um correspondente no país (já desligado) ter solicitado recuperação judicial.

e. Processos fiscais classificados como possíveis

A Financeira, sucessora por incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., é parte em auto de infração movido pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sobre enquadramento de serviços prestados nos códigos 01.03 e 10.09 cujas alíquotas são de 3% e 2%, respectivamente. A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa elaborou auto de infração com objetivo de cobrar todo o ISS pela alíquota de 5%. O montante do auto de infração atualizado é de R\$ 151 (R\$ 144 em 31 de dezembro de 2021).

A Receita Federal não acolheu as razões apresentadas na manifestação de inconformidade apresentada pela Financeira e manteve o despacho decisório que não homologou a compensação de crédito por pagamento indevido de COFINS, em janeiro de 2013. O crédito é comprovado pela declaração DACON e pelos registros contábeis. O jurídico da Financeira entende que é possível reverter a situação e, assim, interpôs Recurso Voluntário perante à Receita Federal. O montante atualizado do débito compensado e não homologado é de R\$ 119 mil (R\$ 104 em 31 de dezembro de 2021).

O escritório jurídico, contratado pela Financeira, entende que não se trata de obrigação legal, portanto, os processos foram classificados corretamente nos respectivos códigos e possuem risco de perda *possível*.

17 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Recursos de aceites cambiais

Foram contratados no país, sendo remunerados entre 110% e 200% do CDI. Alguns títulos são emitidos com liquidez e os demais sem liquidez. Considerando que todos os investidores que possuem títulos com liquidez resgatassem no primeiro dia do mês de janeiro de 2023 os fluxos de caixa ficariam conforme demonstrado no primeiro quadro abaixo.

Do total das captações, 77,28% (76,87% em 31 de dezembro de 2021) são com partes relacionadas.

a.1. Composição por vencimento dos recursos de aceites cambiais

	31/12/2022			
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 4 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Recursos de aceites cambiais	74.329	111	63.473	137.913
Total				137.913
	31/12/2021			
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 4 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Recursos de aceites cambiais	44.054	10.084	56.018	110.156
Total				110.156

a.2.Reconhecimento de despesas de operações de depósitos e demais instrumentos financeiros

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Recursos de aceites cambiais	9.915	17.518	6.045
Fundo Garantidor de Crédito	78	151	137
Total	9.993	17.669	6.182

18 Transações com partes relacionadas

Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

Descrição	2022			2021	
	2º		Exercício	Ativo	Exercício
	Ativo	Semestre			
	(passivo)	Receita	Receita	(passivo)	(despesa)
Recursos de aceites cambiais	(106.583)	(7.754)	(13.914)	(84.679)	(4.307)
Orlando Otto Kaesemodel Filho	(66.520)	(4.793)	(8.449)	(46.490)	(2.415)
Orlando Otto Kaesemodel Neto	(3.289)	(224)	(428)	(2.163)	(106)
Guilherme Slaviero Kaesemodel	(4.294)	(319)	(569)	(3.610)	(180)
Antônio João Beal	(356)	(21)	(88)	(1.188)	(45)
José Gilberto Beal	-	-	-	-	(3)
João Carlos Pereira	(74)	(6)	(9)	(27)	(0)
Sergio Shoji Yamamoto	(56)	(5)	(10)	(85)	(7)
Rafaela P. Muggiati Kaesemodel	(1.372)	(102)	(175)	(854)	(41)
Giuliana Gasparin L. Kaesemodel	(60)	(4)	(7)	(40)	(1)
Empreend. Florestais Cambijú Ltda	(6.321)	(473)	(912)	(7.283)	(320)
Kaesemodel Gastronomia EIRELI	-	-	-	-	(1)
Negresco Adm. e Partic. Ltda	(18.260)	(1.357)	(2.451)	(17.024)	(896)
Negresco Serv. de Cobrança Ltda	(1.760)	(132)	(237)	(1.622)	(82)
Oelo Locação de Equip. Eletr. Ltda	(2.206)	(166)	(295)	(1.882)	(96)
Transesp Com. de Imóveis Ltda	(2.014)	(151)	(284)	(2.411)	(114)
Remunerações:					
Remuneração dos administradores	-	(1.409)	(2.749)	-	(2.510)
Juros sobre o capital próprio	-	(5.166)	(5.166)	-	(3.567)

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.359 (R\$ 54.359 em 31 de dezembro de 2020), representado por 54.359.021 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte uma) ações nominativas sem valor nominal.

As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	27.723	51,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	13.318	24,50%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	13.318	24,50%
Total	54.359.021	54.359	100,00%

Em 28 de março de 2019, através de instrumento particular de doação de ações, o acionista Orlando Otto Kaesemodel Filho transferiu 23.374.360 ações com reserva de usufruto, sendo 50% para Orlando Otto Kaesemodel Neto e 50% para Guilherme Slaviero Kaesemodel.

Assim, as ações com direito a voto, juros sobre o capital próprio e dividendos estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Ações com usufruto	Ações com direito a voto	Participação com direito a voto
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	23.374.360	51.097.501	94,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Total	54.359.021	-	54.359.021	100,00%

b. Reserva legal

Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No exercício, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 538 (R\$ 935 no exercício de 2021).

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida é lançado na rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante com a Resolução nº 4.706 de 19 de dezembro de 2018, do Banco Central do Brasil.

Em 11 de janeiro de 2022, foi pago o saldo de dividendos obrigatórios de 2021 no valor de R\$ 1.106.

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 19 de janeiro de 2022, foi aprovada a distribuição de lucro de 2021 no montante de R\$ 13.086 e foram pagos em 1º de fevereiro de 2022.

Em 21 de dezembro de 2022, foram pagos os juros sobre o capital próprio correspondentes ao exercício de 2022, no montante de R\$ 5.166, imputados ao dividendo obrigatório e, como este valor foi superior aos 25% do dividendo obrigatório, não foi constituído passivo para dividendos obrigatórios.

20 Receita de prestação de serviços

No semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2022, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito nos montantes de R\$ 2.405 e R\$ 4.228 respectivamente (R\$ 3.267 nos mesmos períodos de 2021).

21 Despesas de Pessoal

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	6.050	11.535	10.956
Benefícios	2.799	5.064	4.275
Encargos sociais	2.292	4.196	4.011
Pró-labore	820	1.641	1.481
Participação nos lucros e resultados	790	1.430	1.285
Indenizações	405	1.252	609
Provisão para férias e 13º salário	(13)	6	329
Treinamentos	3	8	298
Total	13.146	25.132	23.244

22 Despesas administrativas

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Serviços de terceiros	5.396	10.210	10.699
Técnicos especializados	5.817	11.312	9.421
Serviços dos sistemas financeiros	1.431	2.756	2.595
Serasa/Associação Comercial	1.744	3.264	2.870
Processamento de dados	503	913	846
Locação de imóveis	418	831	763
Comunicação	344	677	673
Manutenção e conservação	194	396	319
Propaganda e publicidade	49	97	96
Consumo de energia elétrica e água	87	224	228
Despesas com viagens	140	232	196
Outros	489	738	848
Total	16.612	31.650	29.554

23 Despesas tributárias

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
COFINS	3.089	5.837	5.772
PIS	502	949	938
ISS	121	213	164
Outras	127	209	173
Total	3.839	7.208	7.047

24 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Impostos correntes:			
Imposto de renda	1.483	2.329	7.091
Contribuição social	1.053	1.568	4.752
Total	2.536	3.897	11.843
Impostos diferidos:			
Imposto de renda	(34)	(162)	(1.277)
Contribuição social	70	(97)	(767)
Total	36	(259)	(2.044)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.572	3.638	9.799

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do IRPJ e CSLL	11.497	14.405	28.494
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (40%)	(489)	(1.652)	(8.409)
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (45%)	-	-	(3.362)
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (41%)	(4.212)	(4.212)	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(4.701)	(5.864)	(11.771)
 (Adições) exclusões permanentes:			
Juros sobre o capital próprio	2.118	2.118	1.605
Outras adições permanentes	(56)	(61)	(141)
Outras exclusões permanentes	-	-	
 Imposto de Renda e CSLL ajustados pelas diferenças permanentes	 (2.639)	 (3.807)	 (10.307)
 Incentivos fiscais (doações/patrocínios/PAT)	 155	 155	 472
Diferença de 1% na alíquota da CSLL sobre diferença temporárias até julho/2022	(100)	-	-
Outros	12	14	36
 Total de IRPJ e CSLL corrente e diferido	 (2.572)	 (3.638)	 (9.799)

25 Instrumentos financeiros derivativos

A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias ou de terceiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

26 Gerenciamento de riscos

A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais são: risco operacional, risco socioambiental e risco de crédito.

Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios, além de outros riscos relevantes.

Até fevereiro de 2019, a Financeira estava enquadrada no segmento 4 (S4). Em março de 2019, a Financeira optou pelo enquadramento no segmento 5 (S5) já que se enquadra nos requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitida pelo Banco Central do Brasil.

Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados.

A Financeira mantém manuais de estratégias e políticas de crédito que estabelecem normas e padrões a serem observados no processo de concessão e gestão de crédito. A liberação do crédito é aprovada somente após a análise do Departamento de Crédito, conforme estabelecido na Política de Crédito da instituição. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito da instituição é um processo contínuo de controle nas análises desde a concessão de crédito para as operações efetuadas até a sua liquidação.

A Financeira dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles-chave mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco.

A Financeira mantém níveis de provisionamento adequados em observância à Resolução nº 2.682 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente.

Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Também questões legais associadas à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O risco operacional da Financeira compreende as categorias a seguir:

- Processos e operações;
- Segurança da informação;
- Pessoas;
- Tecnologia;
- Fraudes;
- Legal; e
- Reputacional.

O limite de apetite para cada categoria do risco operacional foi estabelecido pela Administração por meio da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Financeira, o qual é periodicamente monitorado pela Diretoria.

Risco de liquidez

É definido como a possibilidade da Financeira não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação periódica, com base em fluxos de caixa projetados e informações contábeis e gerenciais.

Risco de socioambiental

Define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. As características dos produtos e das operações da Financeira são de baixo impacto socioambiental.

Risco de mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. A Financeira não possui instrumentos classificados na carteira de negociação.

O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

27 Patrimônio de referência exigido

A instituição optante pela metodologia simplificada de que trata a Resolução CMN 4.606, de 19 de outubro de 2017, deve manter, permanentemente, montante de PR_{S5} em valor superior ao requerimento mínimo exigido.

Requerimento mínimo de PR_{S5} conforme artigo 12 da Resolução CMN 4.606/2017

Período	Percentual
Até 30 de abril de 2020	17%
De 1º de maio de 2020 à 30 de abril de 2021	15%
De 1º de maio de 2021 à 31 de outubro de 2021	15,5%
De 1º de novembro de 2021 à 30 de abril de 2022	16,25%
A partir de 1º de maio de 2022	17%

		31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR _{S5})	a	79.621	86.617
RWA _{ROSimp} (Risco Operacional)	b	45.711	49.376
RWA _{RCSimp} (Risco de Crédito)	c	171.586	156.252
RWA _{Simp} (b + c)	d	217.297	205.628
PR _{S5} mínimo exigido (d x 17% em 06/2022 e 16,25% em 12/2021)	e	36.940	33.415
Suficiência (insuficiência) de capital (a - e)		42.681	53.203
Índice de Basileia BACEN (a / d)		36,64%	42,12%
Razão mínima (Basileia / Bacen)		17%	16,25%

28 Eventos subsequentes

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 26 de janeiro de 2023, foi aprovada a distribuição dos dividendos não obrigatórios oriundos da reserva de lucros do ano de 2022 no montante de R\$ 5.063, os quais foram pagos no dia 1º de fevereiro de 2023.

* * *

Diretoria

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente

Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente

Antonio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro

João Carlos Pereira - Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Compliance

Sergio Shoji Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros

Contador responsável

José Gilberto Beal - Contador
CRC (PR) 035187/O - 7